

## A Educação no/ do Corpo: Negro e Feminino

*Joanna de Ângelis Lima Robert<sup>1</sup>  
Eliane Almeida de Souza e Cruz<sup>2</sup>*

**Resumo:** Corpo está longe de ser algo apenas biológico, ele pode ser discutido também assentado em aspectos da antropologia social. O corpo aprende e é a sociedade que lhe ensina o que é necessário a cada momento histórico, está inserido é moldado para ela. Podemos observar as representações do corpo das mulheres, em diversos momentos na nossa sociedade. Esse artigo tem o objetivo pensar os constructos epistêmicos do/sobre o corpo negro feminino (CARDOZO, 2008); (GONZALES, 2008); (SANTOS, 2009), no Brasil, a escravização desses corpos físicos, além de provocar uma violência concreta, se desdobrou na violência simbólica (BOURDIEU, 1989), pois tem violado o direito das mulheres negras utilizando-se de seu trabalho e apropriando-se de seus corpos (SANTOS, 2009:278), além de compreender as diferenças educacionais que as mulheres obtiveram, e quais foram direcionada aos homens. As desigualdades vivenciadas, construídas social e historicamente são naturalizadas desde o nascimento, influenciam a educação de nossos corpos em diversos aspectos e pertencimentos, sendo fundamentada muitas vezes no currículo escolar, percebendo assim, uma legitimidade de violência ao corpo negro-feminino.

**Palavras-chave:** Desigualdades - Corpo - Mulher - Negra- Educação

**Resumen:** El cuerpo está lejos de ser algo sólo biológico, él puede ser discutido también asentado en aspectos de la antropología social. El cuerpo aprende y es la sociedad que le enseña lo que es necesario en cada momento histórico, está insertado es moldeado para ella. Podemos observar las representaciones del cuerpo de las mujeres, en diversos momentos en nuestra sociedad. Este artículo tiene el objetivo de pensar los constructos epistémicos del / sobre el cuerpo negro femenino (CARDOZO, 2008); (GONZALES, 2008); (SANTOS, 2009), en Brasil, la esclavización de esos cuerpos físicos, además de provocar una violencia concreta, se desdobló en la violencia simbólica (BOURDIEU, 1989), pues ha violado el derecho de las mujeres negras utilizando su trabajo y apropiarse, De sus cuerpos (SANTOS, 2009: 278), además de comprender las diferencias educativas que las mujeres obtuvieron, y cuáles fueron dirigidas a los hombres. Las desigualdades vivenciadas, construidas social e históricamente son naturalizadas desde el nacimiento, influyen la educación de nuestros cuerpos en diversos aspectos y pertenencias, siendo fundamentada muchas veces en el currículo escolar, percibiendo así una legitimidad de violencia al cuerpo negro-femenino.

**Palabras clave:** Desigualdades; Cuerpo; Mujer; Negra; Educación

### La Educación em El cuerpo: Negro y Femenino

<sup>1</sup> Aluna de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. email: [nanaufrrj5@gmail.com](mailto:nanaufrrj5@gmail.com).

<sup>2</sup> Aluna de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. email: [hexlili@hotmail.com](mailto:hexlili@hotmail.com)

A definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racistas.

(DAVIS, 2016)

Podemos perceber que o discurso da discriminação enfrentado pelas mulheres negras, no Brasil, perpassa pela discriminação no âmbito sexual, através do corpo (objeto de desejo), no âmbito racial (a de cor) e no âmbito social (educação). E por isso vamos dividir esse trabalho em quatro partes: Questões ligadas ao Corpo, Questão Racial, Questão Social e as lutas e a organização e valorização social da mulher através do feminismo.

## **QUESTÕES SOBRE O CORPO**

Corpo está longe de ser algo apenas biológico, ele pode ser discutido também assentado em aspectos da antropologia social, ou seja, “o corpo é expressão da Cultura, portanto, cada cultura vai expressar diferentes corpos, porque se expressa diferentemente como cultura” (KOFES, 1985, *apud* DAOLIO, 2006, p.21). O corpo aprende e apreende, é inserido e moldado na sociedade, que lhe ensina o que é necessário a cada momento histórico.

Podemos observar as representações do corpo da mulher, e de cada mulher, em diversos momentos na nossa sociedade. Como por exemplo, na sociedade escravocrata brasileira, o corpo branco feminino era detentor de uma representação do “lar” e da “maternidade”, enquanto o corpo negro feminino referia-se a função laboral na “rua” e “sensualidade”. Segundo Angela Davis, em suas críticas e análises sobre a diferença entre o corpo branco e negro, nos Estados Unidos, podemos fazer alusão à função do corpo feminino no Brasil, pois existe a semelhante ideia, tanto lá quanto cá, de que as “mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as suas irmãs brancas”, o corpo era uma propriedade e passivo de uma tripla exploração: como negra escravizada, trabalhadora e mulher.

Assim, o “enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras, reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão.” (DAVIS, 2016, p.17). Ou seja, do lar como doméstica ou como trabalhadora na rua. Além da propagação que esse corpo negro estaria associado à imagem “... cronicamente promíscua” (Idem, 201, p.186)

Logo, o corpo da mulher negra, por longos anos, foi violado, primeiro pela função de produção de outros seres e como acúmulo de capital por parte de seus senhores (Escravidão), depois violado pela discriminação de cor ao se depararem com a procura de casamento que as obrigue a embranquecer-se (Teoria do Embranquecimento) e, finalmente, na atualidade, desprovidas de Direitos Humanos (educação, saúde, moradia, emprego etc.).

São violentadas pelo “supremacismo branco” (NASCIMENTO, In: CAVALLEIRO, 2001), pela beleza branca, tendo seu corpo e seu cabelo desvalorizados. Como o corpo tem a importância nas culturas negras, o cabelo também tem. São usados e divulgados argumento contra o cabelo crespo, utilizando-o para tirar o Negro do lugar da beleza, pois a beleza ainda está submetida aos padrões eurocêntricos, foi um ideal de beleza constituído socialmente, sob um contexto histórico, político e cultural. Pesquisas da escritora Ayana D. Byrd e da Jornalista Lori L. Tharps (2001, apud, GOMES, 2003), mostram que na maioria das sociedades africanas ocidentais, no início do século XV, o cabelo funcionava como condutor de mensagem, ou seja, para o cabelo era parte integrante de um intrincado sistema de linguagem. (GOMES, 2003).

O estilo de cabelo utilizado serviria também para identificar características sociais dessa mulher como o estado civil, a religião, a idade, origem geográfica, identidade étnica, riqueza, posição social, onde cada clã tinha seu próprio estilo. Características de mulher de cabeça delicada com cabelos anelados e grossos demonstrava o padrão estético de mulher com força, prosperidade, poder de multiplicação, tendo a possibilidade de parir filhos saudáveis. A pesquisa sobre as práticas culturais ligadas aos penteados pode ser uma forma instigante de adentrar a cultura negra com os jovens e adolescentes, segundo Gomes (2003).

## QUESTÕES RACIAIS

Como educadoras temos observado que atualmente fala-se muito em uma escola para todos, com o objetivo de formar um cidadão autônomo, moral e intelectualmente, mas olvida-se que, para isso, o corpo docente deve ser preparado, não apenas com o currículo a ser ministrado, pois este há muito é monocultural e homogeneizador, em relação à diversidade dxs alunxs, como por exemplo, sabemos que nas escolas as datas comemorativas não valorizam o corpo negro, mas sim dos heróis que são brancos. Em livros didáticos existe uma ausência de referência positiva da pessoa negra, corroborando para sua autoimagem negativa. No dia 20 de Novembro, Dia do Zumbi, líder Negro e da Consciência Negra, não é feriado

nacional, apenas seis Estados aderiram ao feriado, são eles: Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, sendo que, neste último, apesar de haver a Lei Estadual nº 8352, é facultativo em alguns de seus municípios<sup>3</sup>. Ou seja, o processo de tornar-se negro e a construção da identidade negra, deve passar, necessariamente pela desconstrução das representações negativas, erigidas durante anos, socialmente, por meio da ideologia do “supremacismo branco”.

No campo da educação, Roberto (2014) analisa que por melhores que sejam preparados/as os/as docentes, quanto à sua formação acadêmica, eles/elas carregam consigo preconceitos e ideias depreciativas, hierarquizadas entre o corpo branco e negro, reflexos de uma educação que se pode entender os valores próprios da sociedade europeia como sendo valores universais. Notasse que em todas as sociedades há a existência de uma estratificação social, no entanto, na sociedade moderna como nos assinala Todorov (1993) essas estratificações não são imutáveis, um simples vendedor pode virar um presidente, como no caso do Brasil um simples metalúrgico se tornou um presidente, mas isso ocorre porque “as únicas diferenças praticamente indelévels são as físicas; as que se chamam de ‘raça’ e as de ‘sexo’”. Há mudança substancial do ser humano no campo socioeconômica, entretanto, a de raça e de sexo, são imutáveis.

Logo, se as diferenças sociais se suplantam as diferenças físicas, surgem às atitudes que se baseiam no “sincretismo do social e do físico, o racismo e o sexismo. Mas o paralelo logo acaba, já que a situação das mulheres em relação aos homens é infinitamente mais complexa” (TODOROV, 1993, p.112). Visto que a mulher passa por todo esse processo de construção de identidade na sociedade brasileira, há a compreensão de que as mulheres negras e mestiças estão sujeitas a uma dupla discriminação - de raça e de gênero, e também de classe.

Para trabalhar a categoria Raça, utilizamos Hall (2006), que sintetiza o conceito de raça como uma construção sociológica, de uso das Ciências Sociais e Humanas que auxilia na análise de um sistema social, e não no sentido que lhe é investido pelas Ciências Naturais, ou seja, “raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica” (p.63). A categoria raça, nesse estudo, não é fundamentada nas percepções fenotípicas, como a cor da pele e textura de cabelo.

---

<sup>3</sup> No ano de 2012 os dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), apontavam para mais de 1000 cidades no Brasil que teriam o feriado do Dia 20 de Novembro. Lista completa das cidades no site da Seppir.

Quanto ao Sexo e ao Gênero, sexo é compreendido como uma marca biológica, e a definição de gênero que nos orienta é categorizada por Scott (1990) e foi construída aos poucos e por partes. Ao definir gênero como um elemento constituído pelas relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo a primeira forma de dar significado às relações de poder. (Apud, Paraíso, 1997)

#### QUESTÕES SOCIAIS:

(...) Historicamente, as condições de vida, acesso à escola, saúde, lazer, inserção no mercado de trabalho da mulher negra são diferentes das oportunidades oferecidas à mulher branca, homem branco e negro.

(...) as péssimas condições de vida, em que o negro e particularmente a mulher negra estão submetidos, é na sua essência um resultado do comportamento preconceituoso, racista de alguns indivíduos da sociedade e no plano mais geral, a defesa do poder, por determinados segmentos da sociedade que se beneficiam com as diversas desigualdades existentes. (SANTOS, C. “A mulher negra”. **Coletivo de Mulheres Negras da Bahia**, ano I, n.2,jul./ago .de 1982: 02).

“Fato importante da história no âmbito social, é que para os homens negros nascidos no início século XX, a escolarização quando ocorria, já era na idade adulta” (ROBERTO, 2014:36). A situação da mulher era diferente, elas eram encaminhadas a orfanatos, recebendo preparo para trabalhar como empregadas domésticas ou costureiras. Sendo que muitas das vezes, eram adotadas como filhas de criação por famílias ricas, e posteriormente, tornavam - se empregadas domésticas não remuneradas, o que, de certa forma, acabou marcando o espaço da mulher negra no mercado de trabalho, sua situação amenizava o grave problema do desemprego no meio negro na época, conforme a citação do líder negro paulista, Francisco Lucrécio (BARBOSA,1998, p. 37):

A maior parte das mulheres que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois elas sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza e elas encontravam emprego mais facilmente que os homens (apud, GONÇALVES & GONÇALVES E SILVA, 2000).

Se estas pesquisas mostram que a presença feminina é maciça na educação, e principalmente, no ensino fundamental, as realizadas por Muller (2008), publicadas em seu

livro “A Cor da Escola”, ilustram as mulheres como as verdadeiras “construtoras da nação”, pois a escola primária brasileira teve papel fundamental na construção da identidade e do sentimento de nação, já que se necessitava dar forma ao povo brasileiro, que era visto como um aglomerado de populações e não como um povo. Muller (2008) afirma inexistir “pesquisas históricas sobre as formas de inserção profissional de mulheres negras em condições de exercer funções intelectuais no mundo do trabalho” (p.41).

Na história da educação brasileira, a presença de negros e mestiços com instrução, sempre foi vista como a exceção que confirmava a regra. O esforço para alcançar profissões de melhor prestígio quase sempre se deparava com a relutância em aceitar que o negro saísse do seu lugar, por conta de uma sociedade que “sedimentou” seu papel de subordinação.

O magistério primário poderia ser composto por homens e mulheres, sem distinção, com o tempo à preferência passou a ser mulheres que cursaram ou não a Escola de Normal, sem distinção de raça ou de condição social. Já na década de 20, do século passado, com as reformas educacionais, os padrões definidos para as professoras primárias passam a ter uma conotação racial e social precisa, deveriam possuir além do diploma da Escola Normal, como o mérito e exibir um biótipo “*saudável*”, as regras jamais se referiram às jovens negras. Porém, nas fotografias analisadas na pesquisa de Muller (2008) após estas reformas não se deparou mais com moças negras nas fotos de normalistas do Instituto de Educação, como se observava em fotos anteriores à reforma.

A Distinção entre os sexos deve ser analisada com mais vagar. Ela pode ter sido – por vias transversas- a responsável pela representação da professora disseminada em nossa sociedade. Conforme apontou Luzia Margareth Rago (1985, p.90), o ideal de professora é a “mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada”. Além da formação erudita, das habilidades “inatas” trazidas nos genes – as representações reproduzidas socialmente fundiam os papéis de professora e de mãe, no que tangia ao cuidado com o outro: crianças, adolescentes, e os futuros maridos -, elas deveriam demonstrar honestidade, boa conduta e respeito aos padrões morais da época. (Coelho, 2006, p.63.)

## 1- As Vozes das Mulheres Negras

### **Vozes Mulheres**

A voz de minha bisavó ecoou  
criança  
Nos porões dos navios.  
Ecoou lamentos

de uma infância perdida.  
A voz de mina avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
A voz de minha mãe  
ecoou revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela  
A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rima de sangue e fome.  
A voz de minha filha  
recolhe todas as vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.  
A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz da minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade (Conceição Evaristo)

O que não se discute de maneira teórica e contextualizada acaba na maioria das vezes se naturalizando com o discurso hegemônico excludente, discriminatório e preconceituoso, por isso conclamamos discussões que possibilitem a uma prática cotidiana de se colocar questões “sufocadas” pela historiografia, como por exemplo, a situação das mulheres negras brasileiras. Contudo, é necessário uma ressignificação de posturas históricas naturalizantes que nos foram impostas como “corretas”, aceitas e que possuem um tom de “verdade” em relação a essa categoria. Assim, as memórias e as vozes trazidas pelo novo contexto dos movimentos de mulheres negras brasileiras se compõem em uma dinâmica de denúncias de exclusão, discriminação e preconceito quanto à posição que essas mulheres enfrentaram durante século.

O poema de Conceição Evaristo, citado no início deste texto, desenvolve para nós essa nova postura de denúncia que essas mulheres sofreram; ao colocar os três tempos históricos (Passado-Presente-Futuro), como pano de fundo para uma reflexão a cerca da condição da grande maioria das mulheres negras na sociedade brasileira.

No passado, arrancadas do seu *ethos*<sup>4</sup>, “A voz de minha bisavó ecoou criança Nos porões dos navios. Ecoou lamentos de uma infância perdida.”, retiradas de suas vidas cotidianas, de sua religião, de seus filhos e filhas, de seus irmãos e irmãs, de seus pais e mães e de seus companheiros; deixando para traz o elo que as mantinham com a Natureza e seus iguais; foram obrigadas a entrarem nos tumbeiros e de seguirem viagem até o Novo Mundo. Neste novo contexto, seriam usadas como objeto de trabalho forçado, de obediência, “A voz de mina avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo” e de “caprichos sexuais” dos seus senhores - brancos sua forma de viver. Munanga nos alerta, que hoje a grande maioria da população brasileira é fruto de estupro, visto que de cada quatro escravos que entravam no Brasil, uma era mulher, isto significa que houve uma legitimidade desta ação por séculos. O que hoje nos coloca numa posição tão desconfortante quando alguns políticos de vertente cristã apregoam que “O sexo não consentido e estupro são as mesmas coisas”

Essas mulheres foram subjugadas, subalternizadas<sup>5</sup> e silenciadas em sua dor. Seus corpos não lhes pertenciam e sim aos seus senhores, construiu-se a imagem estereotipada da mulher negra como boa de cama e lasciva, figuras típicas enfocadas da literatura brasileira: “Gabriela cravo e canela”, por longos anos, o Brasil tem violado o direito das mulheres negras utilizando-se de seu trabalho e apropriando-se de seus corpos (SANTOS, 2009, 278)

O papel desempenhado pela mulher negra, pós-Abolição, é retratado na terceira parte do poema: “A voz de minha mãe ecoou revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela”, onde a sua condição de exploração do trabalho, das péssimas condições socioeconômica transparecem no poema. Já na quarta estrofe “A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rima de sangue e fome”.

O poema reflete o quanto essas mulheres negras tiveram papéis diversos e fundamentais na construção da Nação brasileira e suas vozes, também, na conscientização e na possibilidade de mudanças sociais da população negra e afro brasileira, tanto no passado, quanto na contemporaneidade temos como, por exemplo, a participação dessas mulheres na

---

<sup>4</sup> ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – é sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre a ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual, que a visão do mundo descreve... GREETZ, Clifford. A Religião como Sistema de Cultura. In A Interpretação das Culturas. SP, Zahar ed, 1978, p.104.

<sup>5</sup>... o subalterno, é uma categoria alijada de poder.“ (SPIVAK, 2008, p.130).

Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>6</sup>, ficando a impressão de que só os homens negros participaram a deste movimento. Assim, temos dois exemplos de ações participativas exercidas pelas mulheres negras, as Frentenegrinas. Houve uma participação ativa destas mulheres no movimento, mas, por um contexto machista impregnante na sociedade brasileira, elas eram alijadas das instâncias decisórias do movimento, pois eram monopolizadas pelos homens.

O campo de atuação dessas mulheres (Frentenegrinas) era principalmente na de organização de atividades recreativas e no campo educacional. O primeiro exemplo são As Rosas Negras, era um grupo de mulheres que usavam roupas brancas e uma rosa preta no peito, que organizavam saraus e festivais de danças e literários; o segundo é A Cruzada Feminina, que tinha o objetivo de fortalecer a educação e a cultura, além de fornecer material didático gratuito, uniforme e assistência odontológica aos participantes das aulas nos cursos de alfabetização. As Frentenegrinas também publicaram contos e poemas no jornal *A Voz da Raça*. Essas ações são exemplos de um proto-movimento que se intensificará, principalmente nos anos 80 do século passado.

Retornando ao poema de Evaristo, a quarta parte retrata as condições e demandas excludente socioeconômica e cultural sofridas pelas mulheres negras ao qual foram suprimidas no passado, sendo que até os dias atuais tem ocorrido uma exclusão da população negra no projeto de construção da nação brasileira, essa segregação alcança índices ainda mais baixos quanto se retrata a mulher negra, como por exemplo, a relação à média salarial dos homens brancos, as e brancas recebem 79%, os homens negros 46% e as mulheres negras 40% (PERRY, 2006). Numa escala de exclusão e de desigualdade no mercado de trabalho a mulher negra fica em última posição demonstrando o alto grau de discriminação que elas sofrem.

Mesmo com o desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil de 1968 a 1973, o chamado Milagre Econômico, concentrou-se somente em alguns segmentos da classe média branca brasileira. Os estudos de Hasenbalg e Valle Silva (1984), citados por Gonzalez (2008), ressaltam o inchaço populacional dos bairros periféricos e favelas, da cidade do Rio de Janeiro, neste período; em 1970 existiam 757 mil moradores, em 1980 este número aumentou

---

<sup>6</sup> Frente Negra Brasileira, criada em 1931 e extinta em 1937, em São Paulo, e que expressou a culminação política da consciência negra; com uma filosofia de que pela educação, o negro venceria, à medida que fosse galgando os diversos níveis das ciências, das artes e da literatura. Entretanto, tal movimento não tinha um caráter de modificação da ordem social à qual o negro estava inserido e sim em integrar-se à ordem assimilacionista do negro na sociedade brasileira.

para 1,740milhão, ou seja, cerca de 30% da população do município. Outro exemplo foi à concentração de renda, em 1970, os 50% mais pobres participavam em 14,5% dos rendimentos obtidos pela População Economicamente Ativa – PEA. Em 1980, essa participação baixou para 12,6%. Já para o 1% dos mais ricos passou de 14,7% para 16%9%, assim, o rendimentos dos 50% mais pobres cai 22,4% para 14,9%, enquanto que para os mais ricos elevou-se de 10,5% para 29,3%. O “bolo” cresceu da economia, mas não foi dividido.

Esse processo de exclusão social se desdobra na falta de moradias, saneamento básico, transporte, atendimento médico-hospitalar etc. esta realidade transparece na realidade da maioria da população brasileira, e majoritariamente essa pobreza atinge a população negra e afro-brasileira.

Assim, o feminismo negro, principalmente o brasileiro, alcança outras demandas que passam a ser postas em constante confronto com o feminismo tradicional, por exercer as demandas das mulheres brancas e de classe média; contudo, e contrariando as vozes do movimento anterior, as mulheres negras produzem, através de sua participação política e acadêmica, nas vozes que essas mulheres negras, também, na história, nas denúncias e nas possibilidades concretas de mudanças desejadas que no poema de Conceição Evaristo nos esclarece, pois a denuncia da exploração, da manipulação de seus corpos, e, de todas as exclusões que foram submetidas, devem sim, encontrar locais de discussões que enfatizem os seus próprios problemas e soluções internas, e que possam refletir na sociedade brasileira, como um todo.

Assim, o movimento feminista negro buscou estabelecer um espaço específico de problematização e solução das mulheres negras. Na última parte do poema “*Na voz da minha filhas e fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade*”, há o “clamor” da esperança de que essas vozes femininas negras sejam ouvidas e legitimadas pelo “*eu anunciador*” de suas demandas específicas e que ao mesmo tempo, sejam protagonistas para um mundo mais equânime, e, que a situação de exclusão possam ser dirimidas; com a participação e o papel denunciador dessas mazelas sociais que essas mulheres enfaticamente passaram e buscam eliminar na contemporaneidade brasileira.

## LUTA, ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO SOCIAL DA MULHER ATRAVÉS DO FEMINISMO

Feminismo é um instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que impacta mais negativamente a mulher. (BAIROS, 95, p.462)

A necessidade das mulheres negras de se organizarem efetivamente como instituições separadas e de reivindicarem demandas específicas se estabelece em vários períodos. Já nos anos 70, o feminismo brasileiro negro se manifesta na participação nos movimentos dessas mulheres negras com a Igreja Católica, nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), espaços estes que além das discussões relativas às suas condições subjetivas e reflexivas do cotidiano, ultrapassam, surgem no seu interior às reivindicações por melhorias de infraestrutura social, econômica, política e cultural.

A literatura das intelectuais e ativistas feministas, nos anos 70 e 80, tanto europeia e americana quanto brasileira, não fazem um recorte das questões enfrentadas pelas mulheres negras em suas análises e discussões, esta categoria era desconsiderada nos seus estudos, de marcando o favorecimento das demandas do feminismo “branco” da classe média. A história das mulheres negras brasileiras pode contribuir para o aprofundamento do debate dos estudos feministas sobre a relação raça e gênero a partir da diversidade das experiências das mulheres negras (PONS, 2008).

A contra mão, segundo Gonzales (NASCIMENTO, 2008, p.38-40), no fim de 1973 e início de 1974, ocorreram encontros na Universidade Cândido Mendes (RJ), que foram significativos para a conscientização e demarcação dos espaços de lutas e discussões contra o racismo brasileiro e os problemas sociais enfrentados pela maioria da comunidade negra. Já nestes encontros houve uma incipiência das discussões interseccional entre racismo e gênero, visto que já se apontava um machismo existente, não só dos homens brancos, mas também dos negros, dentro e fora dentro do movimento. Assim o feminismo negro apresenta no seu bojo as especificidades calcadas nas experiências históricas comuns destas mulheres – machismo, exclusão social, falta de mercado de trabalho etc., onde;

A história das mulheres negras brasileiras pode contribuir para o aprofundamento do debate dos estudos feministas sobre a relação raça e gênero a partir da diversidade das experiências das mulheres negras. (CARDOSO, 2008, p.7)

A partir dos anos 80, por conta da Abertura Política que o Brasil passou, essas mulheres passaram a ser organizarem em partidos políticos e buscarem novos contornos às suas demandas. Neste bojo social, surgem vários grupos de mulheres negras.

Segundo Santos (2009, p.277-279) o histórico da organização das mulheres negras, pode ser resumido da seguinte maneira:

- 1- década de 70 (Reunião de Mulheres negras Aquatume – Reunima, RJ, 1978);
- 2- anos 80/90, século passado: políticas públicas – saúde, educação, ações afirmativas, moradia, emprego reparação das comunidades remanescentes de quilombos, discussão sobre a violência e a segurança pública, dentre outros. Alguns grupos: Luiza Mahin (1980), Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982), Nzinga (1983);

Os anos 80/90, foram ímpares para o fortalecimento do feminismo negro, pois as discriminações anteriormente citadas passam a serem campos de disputas de discussões mais acirradas tanto dentro do movimento feminista quanto no movimento negro.

O início do feminismo europeu e americano foi gestado, especificamente, nas demandas protagonizadas pelas mulheres brancas e de classe média, e desconsideravam a categoria de raça em seus campos de discussões, invizibilizando às demandas que as mulheres negras sofriam.

Algumas mulheres que participaram das lutas revolucionárias contra a Ditadura Militar (1964-1985) retornam ao Brasil e passam a dar um novo impulso para o movimento feminista, contudo, ainda sem estabelecerem um recorte racial neste movimento. Então, o ano de 1987, no IX Encontro Nacional de Feminista, em Garanhuns (Pernambuco), em 1987, houve por parte das mulheres negras uma rejeição á homogeneização das demandas das mulheres, e não houve uma intersecção entre gênero e raça. As mulheres negras viram que as agendas das feministas brancas e negras eram diferentes e passaram a “enegrecer o feminismo”. Os espaços de lutas tomam outros caminhos e as mulheres negras passam a visibilizar suas demandas específicas, com o viés racial e social de exclusão incluído.

Outro espaço de emancipação dessas mulheres negras ocorreu dentro do movimento negro, quando essas mulheres começaram a questionar o papel que a direcionavam a elas como o de participar como cozinheiras, organizadoras de festas ou em secretariaras reuniões, mas nunca como funções centrais dos cargos diretivos das Instituições. Essas mulheres passam a perceber o sexismo/machismo que estava posto no seio do movimento por parte dos

homens negros que participavam, corroborando com a mesma visão que a sociedade em geral as encaravam. Os homens negros do movimento criaram obstáculo para seus encontros, como no horário de suas reuniões invadirem e dificultarem. Essas mulheres passaram a constituírem-se em grupos separados do movimento negro e criam seus espaços específicos de discussão, o movimento de mulheres negras.

Nos anos 90, do século passado, as mulheres negras passaram a se constituírem em ONGs, que segundo Santos (2009), buscam o monitoramento e o combate das causas e dos efeitos das discriminações de raça, gênero classe e sexualidade (lesbofobia e homofobia), intolerância religiosa e cultural, etc. nas várias esferas da sociedade, e nas áreas de políticas públicas. Sobretudo, estas organizações buscam a necessidade de sobrevivência e a recusa em continuar vivenciando processos excludentes e desumanizados que sofreram/sofrem por longos anos.

Por mais que essas ONGs possuam uma diversidade, devido à sua localização regional, à sua orientação política e à sua identidade, elas estão em efetivo combate s causas que as estabeleceram, garantia de Direitos Humanos, e, de seus enfrentamentos e de buscas para as soluções dos problemas que, especificamente, as mulheres negras enfrentam, elas, também, alargam o seu ativismo para outras questões que especificamente envolvam toda população negra, quanto á homofobia, intolerância religiosa e cultural e todas as formas de exclusão que assolem deste país.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O corpo negro feminino durante o processo histórico brasileiro esteve atrelado à subordinação e ao acúmulo de capital por parte de seus/as senhores/a. A discriminação sexual que elas foram submetidas, à função reprodutora de outros seres, violadas de sua condição de ser humano e ao tornando-as objeto. No âmbito racial, esse corpo foi submetido a um cânone de brancura; já no âmbito social o espaço reservado às professoras negras, durante o início do século XX estabelecia critérios de “mulher honesta, laboriosa, dessexualizada, etc”; e numa sociedade racializada, esses padrões são prerrogativas de mulheres brancas. E, finalmente a organização e valorização social da mulher através do feminismo, devido às lutas por demandas por educação, saúde, etc. As mulheres negras, perceberam que reivindicações do feminismo branco não as contemplavam.

## Referências

- CARDOSO, Cláudia Pons. **História das Mulheres Negras e Pensamento Feminista Negro: Algumas Reflexões**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.
- CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e Anti-Racismo na Educação : Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- COELHO, W. de N. B. **A Cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém : Editora Unama, 2006.
- CUNHA JR, H. Diversidade Etnocultural e Africanidades. In: **Dez anos da Lei Nº 10639/03: Memórias e perspectivas**. Regina de Fátima de Jesus (et.al.) Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- DAOLIO, J. Cultura: Educação física e Futebol. 3ª ed. ver.. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GREETZ, Clifford. A Religião como Sistema de Cultura. In A Interpretação das Culturas. SP, Zahar ed, 1978, p.104.
- GOMES, N.L. **Cultura Negra e Educação**. Revista Brasileira de Educação, nº23, Maio/Agosto, 2003, pp.75-85.
- GONÇALVES, L.A.O. & GONÇALVES E SILVA, P.B. **Movimento Negro e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez, 2000. nº 15.
- GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In NASCIMENTO, Elisa Larkin (org) **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosa e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.
- MULLER, M.L.R. **A cor da escola: imagens da Primeira Republica**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008. 73
- MUNANGA, Kabengelê. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 13 de nov 2010.
- PARAÍSO, M.A. **Gênero na Formação Docente: Campo de silêncio no currículo**. Caderno de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. Nov.1997. nº 102
- ROBERTO, J.A.L. **Educadoras Negras: construções docentes, de raça e de gênero**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014. 105f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS,C. **“A mulher negra”**. Coletivo de Mulheres Negras da Bahia, ano I, n.2, jul/ago. de 1982.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. **ONGs de Mulheres Negras no Brasil**. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SPIVAK, G. Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**; tradução Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

*Recebido em: 17 de março de 2017.*

*Aprovado em: 20 de outubro de 2017.*